

## Literatura na Educação Infantil: um direito da criança

### Literature in Early Childhood Education: a Child's Right

Marieli Paim de Lima

Universidade do Planalto Catarinense, Santa Catarina, Brasil  
marielimap@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-2762-983X>

Vanice dos Santos

Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil  
vanicedossantos@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-4852-5311>

*Recebido em 01 de março de 2021*

*Aprovado em 21 de julho de 2021*

*Publicado em 27 de dezembro de 2022*

#### RESUMO

O presente artigo propõe reflexões no que diz respeito à relação da literatura infantil com a cultura das infâncias. A fim de conduzir as discussões elenca-se como objetivo compreender a literatura infantil enquanto um direito da criança no contexto da Educação Infantil. Por meio de levantamentos de pesquisa bibliográfica com autores da área filosófica e educacional como Abbagnano (2003), Bajour (2012; 2017), Bértolo (2017), Candido (2011), Chartier (1999), Manguel (2017), Salles e Faria (2012) e Silva e Martins (2010) é possível afirmar que na contemporaneidade há a defesa da literatura como favorável ao desenvolvimento da dimensão estética, possibilidade para a formação da criticidade do leitor, para a liberdade dos pensamentos, desenvolvimento do protagonismo, aprimoramento do repertório linguístico dentre outras. Como problemáticas que atravessam a experiência de leitura, buscou-se discutir sobre os conceitos relacionados ao entretenimento, as culturas de infâncias, ao leitor infantil e a relação destes sujeitos frente a postura do adulto. Nesta conjuntura, defende-se que é preciso pensar se a literatura está sendo proposta como o cumprimento de um protocolo educacional ou na perspectiva da edificação de uma sociedade mais humanizada. Deste modo, propor atividades relacionadas à literatura implica em refletir acerca da qualidade das narrativas e das finalidades com que se propõe a literatura.

**Palavras-chave:** Direito; Educação Infantil; Literatura infantil.

## ABSTRACT

This article aims to bring some considerations and contributions on the relationship between children's literature and childhoods culture. In order to conduct the discussions, we scope to understand children's literature as a child right in the context of early childhood education. Through surveys of bibliographic research on authors from the philosophical and educational area, such as Bajour (2012; 2017), Bértolo (2017), Candido (2011), Chartier (1999), Manguel (2017), Salles e Faria (2012) e Silva e Martins (2010), it is possible to argue that in contemporaneity there is the defense of literature as favorable to the development of the aesthetic dimension, enabling the formation of a criticism in those who read, the freedom of his/her thoughts and the development of its protagonism, thus improving the linguistic repertoire. As issues that permeate the reading experience, we sought to problematize concepts related to entertainment, childhood cultures, the child reader and the relationship of these subjects to the adult posture. At this juncture, defends that one ought to consider if literature is being proposed as the fulfillment of an educational protocol or through an edification perspective of a more humanized society. Thus, proposing activities related to literature implies on a reflect about the quality of narratives and on the aiming with which literature is proposed.

**Key-words:** Rights; Early Childhood Education; Children's Literature.

## Introdução

Iniciamos este escrito ponderando sobre a Educação Infantil, cuja etapa abrange os primeiros anos de existência da vida da criança. É possível afirmar que durante estas vivências, a partir das relações com seus pares e adultos que constrói a sua identidade pessoal e a identidade enquanto integrante das culturas de infância. Na Educação Infantil, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) é possível observar que dentre os seus princípios básicos estão os estéticos, e estes defendem a relevância da criança experimentar as variadas manifestações artísticas e culturais.

Neste contexto ao adulto cabe o importante papel de zelar pelos cuidados e educação das crianças, agindo como um facilitador da aprendizagem. A perspectiva de educar cuidando, ultrapassa a ideia de primar pela proteção da criança durante as experiências educacionais. Envolve a perspectiva de nutrir a curiosidade, valorizar o lúdico e a expressividade infantil. Deste modo, apresentamos a literatura como experiência estética a qual viabiliza que a criança possa desenvolver-se, conhecer a si mesma e o mundo que a cerca, possibilitando tornar-se protagonista em sua trajetória existencial.

Diante destas premissas, cabe discutir acerca dos aspectos que caracterizam a literatura, problematizando as situações de proposição da leitura como uma tarefa que ultrapassa o cumprimento de protocolos educacionais. Deste modo, fazendo emergir a reflexão acerca da promoção da literatura relacionada ao entretenimento e a valorização simbólica.

A fim de conduzir esta reflexão, se estabeleceu como objetivo compreender a literatura infantil enquanto um direito da criança no contexto da Educação Infantil. A partir de levantamento de pesquisa bibliográfica, com autores da área filosófica e educacional construir os posicionamentos que integram o presente artigo.

## **Literatura como expressão da criança**

Embora nem todas as crianças tenham acesso à literatura, elevam-se os discursos por parte dos órgãos educacionais e governamentais em defesa da sua importância. Deste modo, a literatura é proclamada, a partir das possibilidades para a melhoria do repertório linguístico, das capacidades estéticas, para o desenvolvimento da imaginação, do protagonismo infantil, da subjetividade, da liberdade dos pensamentos, dentre outras. No entanto, faz-se necessário pensar sobre a interação da literatura infantil, de um modo que ultrapasse as questões relacionadas ao acesso, que proponha a reflexão sobre a qualidade das narrativas, compreendendo como um modo de expressão das culturas de infância.

No tocante a Educação Infantil, cabe consultar aquele que se constitui como um dos mais significativos documentos orientadores para o planejamento curricular educacional. Ao empreender leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) encontra-se a ideia de que, dentre os direitos da criança, a oportunidade de experimentar a literatura é um deles. Estima que por meio das interações e brincadeiras os sujeitos possam desenvolver-se de modo integral e que as experiências vivenciadas no contexto das instituições, possibilitem o exercício da cidadania.

Ao pesquisar sobre a existência da literatura, é possível associá-la a intenção de registrar acontecimentos. Deste modo, considerando que embora possa ser atribuído aos egípcios o pioneirismo no que diz respeito à utilização da escrita para registros relacionados a questões administrativas, coube aos gregos o entendimento de que se fazia necessária a ordenação dos ajustes comerciais, tornando Alexandria reconhecida como estado burocrático conforme explica Manguel (2017).

Ainda de acordo com o pesquisador, no século III, havia um acúmulo de documentações, tornando-se assim, de difícil manuseio. Este significativo volume, não representava o gosto por narrativas, mas demonstrava a escrita e a leitura como uma necessidade prática.

Compreendendo a literatura como algo que se sobrepõe às demandas da comunicação ou de sistematização, Candido (2011) defende a literatura como um artefato cultural da humanidade, uma forma de expressão diante do mundo. A busca pela ficção é algo inerente à existência humana. Os sonhos podem ser considerados uma evidência desta necessidade. A literatura além de necessária a vida dos sujeitos, por conseguinte, também é um direito de todos.

As relações humanas são intermediadas pela linguagem. A linguagem oral não restringe o seu papel ao acompanhamento do pensamento. Ela tem uma função intrínseca com a comunicação, estabelece uma conexão entre as pessoas e o mundo. A linguagem escrita, possibilita a ampliação desta experiência, favorecendo aos sujeitos partilharem significados e ressignificar a própria cultura.

Refletindo acerca dos sistemas simbólicos, é possível o entendimento de que estes surgiram a partir da ideia de representação daquilo que estava ausente. O sistema simbólico interferiu nas relações entre os sujeitos e destes com a realidade conforme as exposições apresentadas por Salles e Faria (2012).

Diante das desigualdades que assolam a sociedade, não é possível pensar a literatura como sendo algo acessível a todos. Os conceitos neoliberais, integrantes da sociedade contemporânea, ultrapassam as relações econômicas e interferem nos modos de relação entre os sujeitos, atingindo o sistema educacional como um modo de legitimação de poder.

Na conjuntura da sociedade atual, as diferenças entre as culturas acabam por constituir uma relação de opressão, onde aqueles que têm uma posição mais favorecida impõem seus modos e valores. O multiculturalismo e a interculturalidade são possibilidades para a preservação das identidades e para a garantia da igualdade social, conforme defende Candau (2011).

Defender a igualdade de direitos é algo que demanda reflexão, uma vez que estes geralmente apresentam-se relacionados à manutenção da vida, como direito de acesso a educação, direito a moradia, a alimentação, dentre outros. Contudo, não é comum a defesa do acesso à literatura e as artes em geral, conforme alerta Candido (2011), para todas as classes sociais. Estas colocações desconstruem a ideia frágil de uma suposta igualdade de direitos entre as classes sociais assim como provocam o pensamento acerca das culturas de infância.

Neste estudo, refere-se às infâncias, no sentido plural, uma vez considerando que elas são diversas, que não se vive a infância do mesmo modo, embora em algumas situações compartilhando o mesmo território geográfico. A infância é um construto histórico e social, cujos papéis variam de acordo com o contexto social em que vivem, conforme destaca Kramer (2006).

Ao refletir sobre o papel social da criança, é possível o entendimento de que os sujeitos infantis não somente integram uma cultura com características próprias, mas também a produzem, conforme defendem Salles e Faria (2012). Esta produção ocorre a partir da relação com seus pares, mediados pelas interações e brincadeiras, aonde vão construindo valores e conhecimentos.

Não é possível comparar os gostos e interesses das crianças aos adultos, uma vez que as culturas são distintas. Tampouco, em se tratando de literatura, empregar critérios semelhantes àqueles que se utiliza às narrativas destinadas aos adultos. A literatura consiste em uma forma de ressignificação e interpretação do mundo, deste modo, envolve a subjetividade do leitor a qual se constitui a partir da cultura.

O educador exerce um importante papel na Educação Infantil, conforme expõem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), cabendo-lhe a responsabilidade de educar e cuidar. Cabe-lhe também oportunizar que a criança

desenvolva o protagonismo infantil, compreendendo-se como sujeito de direitos, dotado de capacidades, observando que sua ação pode provocar mudanças pessoais e também no contexto social. Neste contexto a literatura pode tornar-se uma importante aliada.

Para que o sujeito infantil se torne protagonista é importante que o educador demonstre sensibilidade para compreender que em determinadas situações a criança pode por si mesma realizar escolhas e esta experiência influencia para que, na vida adulta, também possa constituir seu posicionamento diante das situações que lhe serão impostas. Quando o adulto exerce seu poder de decisão e seleciona obras literárias para a criança, desconsidera que este leitor tem seus próprios gostos e seu modo particular de olhar o mundo.

Caracterizar a literatura não é algo que possa – talvez nem mesmo precise – ser feita com exatidão, deste modo, qualquer literatura que desperte o interesse da criança, que de algum modo, lhe cause identificação é uma literatura adequada para ela. Nesta concepção, a literatura é única, não haveria uma literatura *a priori*, de acordo com o posicionamento de Meireles (2016). Contudo a estudiosa alerta, que nem todas as narrativas poderiam ser reputadas como literatura, isso considerando o caráter rudimentar com que possa se apresentar.

Entre adultos e crianças é importante a construção de uma relação dialógica, o primeiro porque é dotado de maior experiência, e o segundo porque sua trajetória lhe conduzirá a vida adulta, e se o que se objetiva é a formação de um sujeito autônomo e atuante na sociedade é preciso que as experiências na infância lhe favoreçam conforme defendem Salles e Faria (2012).

No contexto escolar, as práticas pedagógicas são permeadas por diversidades culturais e por relações de poder, sendo que essas ocorrem entre as crianças e destas em relação aos adultos. O reconhecimento da dimensão cultural conforme aponta Candau (2011) favorece a construção de aprendizagens. Deste modo, não é possível considerar a sobreposição de uma cultura sobre a outra, não há uma hierarquia, todas são importantes e contribuem com suas particularidades. Nesta perspectiva, é importante pensar sobre a literatura infantil, uma vez que se

trata de um artefato cultural, cuja significação não é idêntica para todas as culturas, visto que os valores não são os mesmos.

**PA**

O significado dos textos para as diferentes culturas sofre alterações, isto porque entre quem lê e quem escreve constitui-se certa cumplicidade. Nesta relação, considera-se a cultura da qual o sujeito é oriundo. E ainda, como indica Cosson (2018) a leitura é mediada por convenções reguladoras, as quais são compostas pelas vivências culturais e sociais dos sujeitos.

Aprende-se a ler o mundo, antes de conhecer a decodificação da palavra, conforme destaca Freire (1997). Esta afirmação faz pensar sobre as crianças inseridas na Educação Infantil. Embora por vezes haja referencia a esses sujeitos como seres dotados de capacidades inferiores a dos adultos, a baixa estatura não faz desaparecer sua condição de pessoas dotadas de capacidades. Com isso não se tratam de sujeitos incompletos, como se pensava na Idade Medieval. Mas de pessoas em desenvolvimento, em constante aprendizado, e neste aspecto assemelham-se aos adultos.

Os bebês desde suas primeiras experiências estéticas, a partir de suas leituras de mundo, vão percebendo que a linguagem é fundamental no que diz respeito à interação. Conforme amadurecem, percebem que, por meio da linguagem integram-se e vão apropriando-se da própria cultura, assim como compartilham experiência com seus pares.

A criança ao ouvir uma história, já realiza interpretações, e estas não acontecem indiferentes à cultura na qual está inserida. Assim, cabe ao educador lançar possibilidades, encorajando a criança a construir interlocuções com suas experiências de vida. A literatura traz como característica própria a liberdade de interpretação, onde a partir das pistas que o autor deixa ao longo da narrativa o leitor é convidado a desvendá-las.

Contudo, o educador em algumas situações, sentindo a necessidade de proteger a criança, compreendendo como ato concernente a sua função de cuidar e educar, acaba por restringir o acesso à alguns tipos de literatura. Isto considerando que algumas narrativas possam de algum modo agredir a uma suposta inocência dos leitores. Assim muitas vezes o adulto empreende de forma a controlar os

significados, seja adaptando a leitura ou até mesmo selecionando livros que não exponham certas agruras existenciais. Deste modo, conforme expõe Bajour (2017) interrompe o que poderia se converter em uma oportunidade para o diálogo, onde situações poderiam ser problematizadas ou a criança encorajada a expor suas aflições.

Entendendo a criança como um sujeito capaz, integrante das culturas de infância, com capacidades para pensar, imaginar, observar, sentir e se expressar, convida-se a considerá-la como um leitor inexperiente, não resumindo a compreensão a sua condição de não alfabetizada, mas tomando-a como sujeito em potencial. Ao abordar as possibilidades da literatura na Educação Infantil, não se cogita a antecipação de etapas, ou seja, com a ideia de que a criança aprenda a decodificar alfabeticamente o texto, até porque não faz parte dos objetivos desta etapa educacional. Todavia, considera-se que atividades que envolvam textos, ilustrações, nutrem as capacidades imaginativas e assim favorecem as futuras aprendizagens, conforme defende Cuberes (1997).

No contexto educacional, compreendido como um espaço para a sistematização do conhecimento, torna-se relevante ouvir histórias, realizar a leitura das imagens, assim como possibilitar o acesso à textos escritos. Estas experiências propiciam o reconhecimento das diferenças entre a cultura oral e escrita, principalmente no que diz respeito aos aspectos rítmicos, sintáticos e léxicos. É possível afirmar que entre ouvir uma história acompanhada do suporte literário e uma narração de memória, sejam mobilizados distintos mecanismos de aprendizagem, conforme defendem Silva e Martins (2010).

A partir da observação do comportamento do mediador, enquanto faz uso do suporte literário, a criança poderá também desenvolver um comportamento leitor. Esta percepção favorece a criança as aprendizagens futuras, despertando a compreensão do mundo letrado o qual pertence. Esta compreensão relaciona-se ao que defende Soares (2004) no tocante aos ambientes alfabetizadores, posicionando-se com a compreensão de que os espaços de alfabetização não devem ser construídos artificialmente. Deste modo, evidencia que, ao invés de construir



ambientes específicos para alfabetizar, que a criança tenha a oportunidade de perceber a importância da leitura e escrita no contexto social.

PA

## Leitura para entreter e literatura para edificar

Ao pensar sobre a literatura é possível que, amparando-se em conhecimentos advindos do senso comum, se possa considerar que a literatura relacione-se com o entretenimento, aproximando-se assim, das dinâmicas e finalidades da mídia. Porém, neste texto, convida-se o leitor a pensar sobre as contribuições da literatura no sentido de contribuição para a experiência humana. Deste modo, torna-se necessário discutir acerca das possibilidades e intenções da leitura cujo objetivo principal é o entretenimento e a leitura literária.

Refletindo acerca da condição humana, perscrutamos em dicionário de filosofia. O verbete *cultura* leva a ponderar que, para os gregos – período clássico – a realização do sujeito só poderia ser considerável quando apresentasse relevância para a vida na comunidade. Tal evidência encontra-se na “[...] afirmação de Aristóteles de que o homem é por natureza um animal político tem o mesmo significado (ABBAGNANO, 2003, p. 225)”. Esta afirmativa pode conduzir a compreensão de que somos integrantes de uma cultura, sendo a interação com o outro e com o mundo o que nos qualifica como seres humanos.

Este entendimento no que se refere a educação em relação à humanização se expressa também no posicionamento apresentado por Bortolini e Nunes (2018). De acordo com estes, a condição humana não é inata, todavia é algo que depende da educação e é produzida historicamente. A literatura exerce uma função importante na sociedade, e não é desprezioso o motivo pelo qual tem sido incorporado aos currículos escolares. A literatura revela os valores substanciais da cultura, inclusive aqueles reputados como perniciosos. “A Literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2011, p. 175).

As obras literárias trazem como característica a demonstração de estranhamento em situações corriqueiras, como se as coisas fossem observadas pela primeira vez, de um modo mais atento e consciente. Esta postura de

estranhamento não estaria restrita ao uso da linguagem de modo mais rebuscada, mas em relação ao próprio objeto, conforme explicita Cechinel (2018). Com esta análise o autor conduz a pensar que nesta perspectiva de estranhamento, há o emprego da sensibilidade, como se olhasse novamente para o mesmo objeto, agora com a intenção de perceber o que é capaz de despertar.

Os benefícios da leitura, na sociedade contemporânea muitas vezes são defendidos exclusivamente, como possibilidade de proporcionar prazer ao leitor, e é basicamente a partir desta ideia que organizações públicas e privadas promovem campanhas em defesa da importância da leitura.

Embora ações de incentivo sejam importantes, torna-se curioso um discurso em defesa da leitura, sem uma menção aos critérios, sem a valorização estética, como se toda a leitura fosse igualmente importante no que diz respeito às contribuições para a edificação do sujeito, conforme ressalta Bértolo (2017).

A estética pode ser compreendida como uma dimensão importante da literatura, uma vez que se relaciona com a sensação, a sensibilidade e a capacidade de conhecer através dos sentidos, conforme defende Hermann (2008). Qual o sentido da literatura, se não a de despertar os sentimentos?

Este posicionamento em defesa da estética vai de encontro à pesquisa demonstrada por Bértolo (2017). De acordo com o autor, em 2010, na Espanha, ficou evidente que a leitura para o entretenimento é o principal objetivo para 72% dos entrevistados. Com a intenção de melhor demonstrar o significado atribuído ao termo, tal como Bértolo (2017), buscou-se em um dicionário de língua portuguesa, em Houaiss (2009).

1. prender, desviar a atenção de; distrair [...] 2. enganar (com astúcia, promessas, etc.) iludir [...] ter por ocupação ou distração 3. ocupar-se de maneira prazerosa (com); distrair (-se) [...] 4. ter por ocupação ou distração [...] 5. consumir (espaço de tempo, disponibilidade); ocupar, preencher [...] 6. tornar menos incômodo; aliviar [...] 7. fazer esperar, fazer demorar ou demorar-se (em algum lugar); deter (-se) [...] 8. fazer durar, manter no mesmo estado; conservar (HOUAISS, 2009).

Considerando as análises apresentadas por Bértolo (2017), comparando as definições no dicionário de língua portuguesa, Houaiss (2009), é possível afirmar

que há grandes semelhanças com o que fora constatado pelo pesquisador. De acordo com sua análise, alguns significados apresentam-se no sentido de repreender o ato da leitura. Entendida como distração, a leitura pode ser associada ao impedimento para a execução de tarefas mais interessantes como estudo, trabalho, lazer, dentre outras. Fazendo parecer que a leitura é algo aceitável, quando não se tem algo mais importante a ser feito, mas sem a aproximação com o que pudesse ser considerado como importante para o enriquecimento pessoal ou para o desenvolvimento de capacidades.

Sobre a literatura para o entretenimento ainda é possível considerar que sua origem tem uma proximidade com o consumismo, um dos principais critérios seria a ideia de que pudesse ser facilmente assimilada, assim, sem desafiar, com uma linguagem mais popular, se demonstrasse convidativa à leitura, conforme Diogo (2014).

Esta exposição faz pensar sobre a importância dos educadores, refletirem acerca dos objetivos que os conduzem as proposições da leitura. É possível, que os livros que aparentemente demonstrem-se mais atrativos, nem sempre apresentem um conteúdo de qualidade no que tange ao desenvolvimento da subjetividade, da criatividade, dentre outras qualidades importantes para formação do leitor.

Por vezes é possível perceber que o leitor é pensado primeiramente como consumidor. Ao observar por este prisma a indústria cultural teria como enfoque o conforto do leitor/consumidor, sem que este precise pensar, ou sinta-se perturbado com a leitura. Com estas ideias, o leitor não precisaria empreender por novos caminhos, mas a partir de uma aparência renovada, visitar aquilo que ele já conhece. Enquanto que nas obras reputadas como de arte ou pensamento, por exigir mais – capacidades imaginativas, reflexivas, o emprego da sensibilidade – poderia não aparentar atratividade para o leitor/consumidor. Assim, sem compensações financeiras, não despertaria o interesse do mercado, conforme as explicações de Chauí (2001).

Ao refletir sobre as características da narrativa literária, é possível a afirmação de que há conhecimentos implícitos, sejam eles reais, ficcionais ou gramaticais. As atitudes dos personagens não precisam necessariamente converterem-se em

modelos a serem seguidos, pode acontecer exatamente o contrário, ser rejeitado, conforme as explicações de Hunt (2010). Salieta ainda que são os aspectos subjacentes que tornam a narrativa como agente socializador.

PA

Assim, a partir destas situações que foram elencadas, algumas questões são suspensas: todas as leituras teriam o mesmo valor? A leitura para o entretenimento, mais facilmente difundida representa os valores e interesses de quais classes sociais? Entreter teria relação com a alienação dos sujeitos? A quem isso interessaria? Este tipo de leitura colabora com a edificação de uma sociedade mais humanizada?

A literatura por ser bastante difundida no âmbito escolar, e dado o seu caráter formativo, poderia ser confundida e pensada a partir de uma função utilitária, ou seja, em uma perspectiva didatizante. De modo que o conteúdo – que teria uma função prática, como por exemplo, ensinar a seguir regras, a escovar os dentes, a compartilhar brinquedos – se sobressaísse à qualidade das narrativas.

As manifestações em favor da leitura como fonte de prazer, muitas vezes terminam por gerar no leitor inexperiente certo descontentamento, a sensação de que foi enganado, até porque a literatura não tem como principal objetivo, ser prazerosa. Esta ideia, pode causar o equívoco de que a leitura é algo fácil e, ao não se confirmar, possibilitando que o leitor a abandone, conforme defendem Carvalho e Baroukh (2018).

A literatura não pode ser confundida como algo que oferece conforto, pelo contrário, sua existência aproxima-se da ideia de desestruturar, de oferecer movimento ao pensamento. Inclusive por vezes, é possível que a criança ao sentir-se demasiadamente confrontada, deseje abandonar a leitura ou pelo contrário, sentir-se desafiada a superação.

Ler é um modo de conhecer outras realidades, ampliando as possibilidades promovidas pela vida cotidiana. Estes conhecimentos não referem-se apenas as questões geográficas e culturais, mas também as diversidades dos pensamentos e comportamentos os quais fazem parte da existência humana.

Dentre as características da leitura para o entretenimento, está a proximidade entre aquele que lê e aquele que escreve, a criação de expectativa e o suspense.

Esta é uma dinâmica semelhante aos romances de folhetim, sendo exemplos, as histórias em quadrinhos, os romances policiais, conforme destaca Diogo (2014).

**PA**

Tendo a Educação Infantil como contexto para a literatura, considerando que se trata de leitores em formação, é necessário focar a qualidade das narrativas, observando os princípios éticos, estéticos e literários. Analisando acerca da organização dos textos, as possibilidades para o enriquecimento vocabular, para o desenvolvimento da imaginação, da subjetividade e da sensibilidade. Refletindo sobre a relevância das temáticas, o destaque para as diversidades. Pensando sobre a representatividade social e cultural. Tudo isso, sem perder de vista a qualidade gráfica, a relação que as crianças poderão estabelecer com a narrativa, o modo como as ilustrações relacionam-se com o verbal, conforme salientam Silva e Martins (2010).

No tocante a literatura, é possível a afirmação de que quanto mais cedo ocorre a interação, maiores serão as chances de se tornar um leitor. Esta experiência poderá lhe propiciar o desenvolvimento das capacidades crítico-reflexivas, conforme Abramovich (1997) explica.

Ao pensarmos na construção de uma sociedade mais humanizada, cujos sujeitos tenham autonomia e capacidade para exercer o protagonismo, a literatura pode servir de aporte. Contudo, seria ingenuidade pensar que o acesso à leitura por si só favorece o desenvolvimento das capacidades dos sujeitos. Conforme buscou-se demonstrar, a literatura que tem potencial para a liberdade também, contraditoriamente, pode colaborar com o aprisionamento e com a alienação dos pensamentos. Com isso, não significa dizer que determinadas leituras não tem importância, mas considerando a literatura como um direito da criança e objetivando o desenvolvimento de competências crítico-reflexiva, é necessário pensar sobre critérios.

### **Literatura enquanto valor simbólico**

Pensar sobre a literatura como possibilidade para a edificação do sujeito é algo que demanda ponderação com relação aos critérios. Considerando a literatura

como um direito, é importante pensar sobre as contribuições a formação do sujeito, daí a necessidade de atenção quanto à qualidade e as suas finalidades.

PA

Supor que o contato com a leitura torne o homem mais refinado, detentor de conhecimentos seria ingenuidade. Esta relação pode ser ilustrada a partir da analogia ao mito do rei Midas, cujo simples toque, transformaria em ouro. Assim, o que se pretende enfatizar é que para que a leitura modifique o sujeito, não é necessário demonstrar ao leitor, a partir de bons exemplos de conduta, lições para serem seguidas ao longo da vida. O que se espera é que a literatura, por ser uma expressão artística, possa sensibilizar o sujeito, de modo que se torne mais humanizado, como defende Mendonça (2017).

A literatura apresenta pertinência no tocante a problematização às temáticas que envolvem as relações humanas, porém não se pode esperar que todos os tipos de narrativas sejam contributivas para este propósito. Assim, considerar manifestações em defesa da leitura, porém sem prudência aos parâmetros pode ser considerada uma insensatez.

No século XVIII o livro era um símbolo relacionado ao privilégio e a honra. Ao serem observadas as fotografias, os presidentes da República, geralmente compunham poses utilizando livros, logo o livro era percebido como um modo de demonstração de saberes, transmitia a imagem de homem esclarecido, como analisa Chartier (1999).

A compreensão do livro/leitura como privilégio está relacionado à ideia que, somente as classes mais favorecidas tinham acesso à escola. Assim, não eram todos que conseguiam decodificar alfabeticamente o texto, conforme as reflexões expostas por Manguel (2017). Na contemporaneidade, a escrita e a leitura é considerada um direito de todos os cidadãos.

Considerando que a literatura infantil consiste em um direito da criança é importante que o educador possa refletir sobre o que ela pode oferecer. Narrativas que propõem a padronização dos comportamentos, que limita a liberdade dos pensamentos, que não oferecem qualidade estética, nem mesmo poderiam ser reputadas ao caráter de literária, conforme demonstram Farias, Renó e Medina (2018). Até porque se há o entendimento da literatura como possibilidade para o

rompimento de paradigmas, compreendida como um modo de expressão da liberdade, uma narrativa que objetive modelar os sujeitos aproxima-se muito mais da ideia de subserviência.

PA

Na contemporaneidade há a ideia de que a leitura oferece a possibilidade de tornar o sujeito culto. Podendo ser exemplificado a partir da realização de uma pesquisa na Espanha, onde foi possível aferir que a ideia de aquisição da cultura é o que mobiliza 5,7% dos espanhóis, conforme Bértolo (2017).

Ao investigar sobre o significado da palavra *cultura*, o pesquisador explica que originalmente, tem relação com o cultivo de plantas e a criação de animais, sendo mais tarde, por ampliação do termo, também atribuído ao desenvolvimento das capacidades humanas. No entanto, século XVIII, a partir do surgimento do termo *civilização*, os povos eram reconhecidos como *civilizados* e *selvagens* e, por conseguinte, recebiam a qualificação de populações *cultas* ou *incultas*. A partir daí, *cultura* não era mais associada ao cultivo das capacidades humanas, tornava-se *capital*, podendo ser mercantilizada, sendo possível a exemplificação a partir de se tornar necessário dispor de “[...]‘uma cultura empresarial’, sem se esquecer que a herança ilustrada daria também origem a todo um trajeto político de emancipação em que a cultura e a leitura desempenhavam um claro papel libertador” (BÉRTOLO, 2017, p. 71).

Ainda de acordo com o pesquisador, coube ao romantismo à concepção de cultura como algo interior. Podendo ser afirmado que atualmente existem conflitos entre estas duas concepções de cultura. Já em outras situações, a consideração de uma pessoa como culta pode dizer respeito àquele que possui amplos conhecimentos, quanto ao sujeito detentor de uma alma sensível, como por exemplo, apreciador de música e literatura. A partir destas considerações, é possível pensar que cultura é um termo ambíguo, assim, ler com o objetivo de sua aquisição, pode ser considerado um equívoco.

No século XVI até o século XIX, os leitores eram motivados a ler, pelo fato do livro ter um valor em si mesmo, ou seja, aquele que o manuseava era *a priori* considerado um sujeito detentor de saberes. Nas bibliotecas universitárias imperava absoluto silêncio. Ler era algo tão importante que não poderia ser realizado em

ambientes populares, neste caso referindo-se a bares, casas de jogos, dentre outros, ler requeria um contexto especial conforme destaca Chartier (1999).

PA

O historiador afirma que no século XVIII, houve algumas mudanças, onde o leitor passou a ter maior autonomia com relação ao espaço de leitura. Assim, os sujeitos passam a ler contemplando também a natureza, ler enquanto estão caminhando, ler nos aposentos, evidenciando que esta atividade passou a integrar a vida cotidiana. Tal postura se opunha aquela onde o leitor permanecia com o corpo imóvel, completamente abstraído pela leitura. Estas mudanças de comportamento foram – e são até hoje – influenciadas pelos suportes literários. Antigamente havia uma visão mais romantizada, onde o leitor ficava isolado com sua leitura. Entretanto, a partir da invenção dos jornais, que podiam ser dobrados, tornou-se mais confortável o transporte para os diversos lugares, inclusive, possibilitando a união a outros leitores, compartilhando os mesmos ambientes.

Atualmente se forem analisados os contextos de leitura é possível a percepção, de ambientes compartilhados, onde a atividade não ocorre de modo solitário. Seja devido às condições financeiras – ambientes menores, mais pessoas convivendo no mesmo espaço – seja pelo preconceito atribuído ao leitor isolado, compreendido muitas vezes como aquele que deixa de viver, conforme declara Bajour (2012). Ainda atualmente, existe a ideia de que os leitores são portadores de maior conhecimento, inclusive por aqueles que não tiveram acesso a alfabetização, compreendem que ler é importante. Fonseca (2012) acrescenta ainda que o livro confere uma ideia de respeitabilidade.

Pensar em razões para não ler, é algo que demandaria grande empenho, uma vez que a leitura costuma ser valorizada pela sociedade. Contudo, o valor imputado ao ato de ler não é idêntico, isso considerando os diversos aspectos, tais nível de escolaridade, faixa etária, contexto histórico e social, dentre outros destacados por Gomes (2012).

Se hodiernamente, a atenção dos órgãos públicos e educacionais recaem sobre a preocupação em relação ao baixo percentual de leitores, no continente Europeu, no século XIX, ocorria o contrário. Uma vez que devido aos programas que visavam à alfabetização da população, surgiam cada vez mais leitores. Este



comportamento trazia preocupações aos detentores do poder, visto que, se todos decidissem por profissões mais intelectualizadas, faltaria mão de obra para o trabalho relacionado ao cultivo das lavouras e nas manufaturas conforme evidenciam os estudos apresentados por Chartier (1999).

O historiador ainda explana que Lutero, no ano de 1520 havia demonstrado arrependimento, após ter tornado a leitura da Bíblia mais popularizada. Considerando que foi traduzida para a língua alemã e suas cópias disseminadas a população. Como forma de controle, houve a retomada do catecismo, por meio da atuação do pastor, com a finalidade de conduzir a população às supostas corretas interpretações das escrituras. Assim, é possível nos filiar a compreensão de que “[...] a ideia da proliferação das leituras incontroladas anda de mãos dadas com a da multiplicação dos leitores incontroláveis” (CHARTIER, 1999, p. 110).

Na conjuntura da sociedade contemporânea, a partir das discussões as quais foram expostas, é possível imaginar que ainda existe preocupação por parte dos detentores do poder no sentido de não facilitar o acesso à literatura, segregando o conhecimento. E, quando incentivando a ler, valorizando no sentido abstrato de modo a transmitir a falsa ideia de que todas as leituras são favoráveis à formação do sujeito em uma perspectiva de emancipação. Se os educadores ambicionam transformações sociais, compreendem a literatura como um direito e pensam que a Educação Infantil pode ser um espaço de desenvolvimento do protagonismo, é necessário refletir sobre as proposições de atividades envolvendo a literatura, do contrário, as ações podem compactuar com a alienação do sujeito e com as desigualdades sociais.

## **Considerações finais**

A literatura infantil que poderia contribuir para a edificação de uma sociedade mais humanizada devido ao seu caráter estético, capaz de sensibilizar o sujeito, comumente, no contexto educacional é reduzido ao cumprimento de protocolos educacionais. Cujas proposições de leitura ao invés de colaborarem para a liberdade dos pensamentos, acaba limitando as crianças, ensinando-os a apresentar comportamentos aceitáveis pela sociedade, assim muito mais aproximada de uma

perspectiva de aprisionamento e domesticação. Uma vez compreendendo que a literatura é arte, não pode ser pensada como limitada a função utilitária.

PA

No entanto, pensar a literatura como entretenimento é um modo de subverter o seu sentido, uma vez que entreter relaciona-se as ideias de perder tempo, ou manter-se alienado, e neste sentido, considera-se que as mídias, que utilizam-se de dinâmicas semelhantes, já cumprem este papel. Assim, pode-se cogitar que a literatura para o entretenimento contraria as ideias relacionadas ao protagonismo infantil, visto que contribui para a passividade diante da realidade.

Em contraposição, considerar a literatura sem avaliação de critérios, sem reflexão acerca das intencionalidades, cuja principal propósito esteja no acesso a literatura, constitui-se como um equívoco. A literatura existe para desenvolver a subjetividade do sujeito e para desafiá-lo a ultrapassar os limites das experiências cotidianas. A literatura é um direito da criança!

A literatura nem sempre oferece conforto, ela desafia. Podendo inclusive, em algumas situações, tornar-se tão confrontativa a ponto do leitor abandoná-la. Mas estas adversidades também fazem parte da experiência de viver. Não são todas as situações que resultam em bem-estar, mas algumas, mesmo assim enriquecem as nossas vivências. Deste modo, não é sensato afirmar que a literatura tem como principal efeito o prazer.

Por vezes, o adulto, pensando em cumprir com o seu papel de cuidar e educar, convicto que está protegendo a criança, acaba por impedir o acesso a narrativas que envolvem problemáticas. Desta forma, adaptando ou censurando o texto, prejudica o que poderia ser convertido em oportunidade para a interlocução de questões que interferem no cotidiano infantil. A leitura adequada para a criança é aquela que lhe desperta interesse, podendo inclusive tratar-se de uma leitura caracterizada como entretenimento

A sociedade neoliberal a qual integramos, acaba por valorizar as pessoas a partir de suas contribuições para produzir e consumir, e os mecanismos de que utiliza perpassam pelas práticas educacionais e interferem na leitura de mundo. Assim, é preciso que os educadores estejam atentos as proposições de atividades relacionadas a literatura. Se o que se objetiva é a edificação e uma sociedade mais

humanizada, é preciso que as condutas educacionais oportunizem estas transformações.

PA

## Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.

BAJOUR, Cecília. **Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura**. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BAJOUR, Cecília. Literatura, imaginação e silêncio: O não dito como lugar de encontro entre leitores. **Revista Emília**, n. 0, p. 135 – 154, 2017. Disponível em: [http://revistaemilia.com.br/wp-content/uploads/2019/07/caderno-Em%C3%ADlia\\_0\\_FINAL.pdf](http://revistaemilia.com.br/wp-content/uploads/2019/07/caderno-Em%C3%ADlia_0_FINAL.pdf). Acesso em: 26 nov. 2020.

BÉRTOLO, Constantino. Ler para que? fronteiras e horizontes. **Revista Emília**, n. 0, p. 65 – 95, 2017. Disponível em: [http://revistaemilia.com.br/wp-content/uploads/2019/07/caderno-Em%C3%ADlia\\_0\\_FINAL.pdf](http://revistaemilia.com.br/wp-content/uploads/2019/07/caderno-Em%C3%ADlia_0_FINAL.pdf). Acesso em: 14 out. 2020.

BORTOLINI, Rosane Wandscheer; NUNES, César. A Paideia grega: aproximações teóricas sobre o ideal de formação do homem grego. **Filosofia e Educação**. Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 21-36, mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8651997>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 out. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas: currículo sem fronteiras**, n.º 2, p. 240 – 255, 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

PA

CARVALHO, Ana Carolina; BAROUKH, Josca Ailine. **Ler antes de saber ler: oito mitos escolares sobre a leitura literária**. São Paulo: Panda Books, 2018.

CECHINEL, André. O ensino de literatura e a negatividade do literário. **Pro-Posições**, n. 2, p. 285-298, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v29n2/0103-7307-pp-29-2-0285.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2018.

CUBERES, María Teresa González. **Entre as fraldas e as letras: contribuições à educação infantil**. Porto Alegre: ArtMed, 1997.

DIOGO, Julia Esteves Fernandes. Click Lit: a literatura da mulher moderna: **Revista Philologus**, n° 71, p. 1 – 71, 2014. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/537>. Acesso em: 20 out. 2020.

FARIAS, Fabíola; RENÓ, Patrícia; MEDINA, Samuel. Uma biblioteca para a infância. **Revista Emília**, n. 1, p. 51 – 64, 2018. Disponível em: <http://revistaemilia.com.br/cadernos-emilia/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FONSECA, Edi. **Interações: com olhos de ler**. São Paulo: Blucher, 2012.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Isis. Retrospectiva: o acesso ao livro e à leitura pelos jovens no Brasil In: FAILLA, Zoara. **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012. p. 123-133.

HERMANN, Nadja. Ética: A aprendizagem da arte de viver. **Educação e Sociedade**, n. 102, p. 15-32, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302008000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100002). Acesso em: 28 nov. 2020.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNT, Peter. Crítica, **Teoria e literatura Infantil**. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

PA

KRAMER, Sonia. Infância, **cultura contemporânea e educação contra a barbárie**. In: BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2006. p. 83-106.

MANGUEL, Alberto. **O leitor como metáfora**: o viajante, a torre e a traça. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. São Paulo: Global, 2016.

MENDONÇA, Fernanda Nayara da Silva Mendonça. **Letramento literário**: crônicas e contos, como instrumentos de humanização do leitor. 2017. 171f. (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Linguística Aplicada, Natal, 2017. Disponível em:  
[file:///C:/Users/win7/Downloads/Letramentoliter%C3%A1riocr%C3%B4nicas\\_Mendon%C3%A7a\\_2017%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/win7/Downloads/Letramentoliter%C3%A1riocr%C3%B4nicas_Mendon%C3%A7a_2017%20(2).pdf) Acesso em: 16 out. 2020.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na educação infantil**: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Ática, 2012.

SILVA, Márcia Cabral da; MARTINS, Milena Ribeiro. Experiências de leitura no contexto escolar. In: PAIVA, Aparecida, MACIEL, Francisca, COSSON. Rildo. (Coord.). **Literatura**: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 23-40. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7841-2011-literatura-infantil-capacapa-pdf&category\\_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7841-2011-literatura-infantil-capacapa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 out. 2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: caminhos e descaminhos. Acervo Digital Unesp. 2004, p. 96-100. Disponível em:  
<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)